



3º Encontro LGBT da UNE

Nossas vidas importam! Em defesa da democracia e de um Brasil sem LGBTfobia

Resolução Política

1. A crise sistêmica do capitalismo tem intensificado as disputas, contradições e cisões entre os grandes monopólios nacionais e internacionais. As guerras, o desemprego, a fome, a xenofobia, os golpes políticos, o aumento da exploração e o crescimento da extrema direita têm sido alguns dos efeitos causados pela ofensiva imperialista em todo mundo. O golpe em curso no país agrava a situação de violência contra a população LGBT. Os retrocessos dos direitos e das políticas conquistadas, o crescimento do fascismo e do discurso de ódio nos custam nossas vidas, nossa integridade física, saúde mental, direito de ser quem somos e amar quem amamos. O assassinato de pessoas LGBTs cresceu 30% de 2016 para 2017. Neste ano, chegamos ao record de morte de LGBTs em nosso país, segundo dados do Grupo Gay da Bahia.
2. Os recentes assassinatos de Marielle Franco, mulher negra, bissexual, vereadora socialista, militante do PSOL-RJ, executada por defender os direitos humanos e a população negra das periferias, denunciando os abusos da polícia militar e a violência das milícias nas favelas do Rio de Janeiro; de Felipe Doss, militante LGBT foi secretário geral da UEB, estudante do curso de geografia da UEBA, jovem gay, vítima da violência urbana de Salvador de Matheusa, estudante da UERJ, encontrada morta parcialmente queimada no Rio de Janeiro; e de Dandara, travesti torturada com requintes de crueldade até a morte no Ceará; nos deixam marcas profundas e demonstram a crescente violência contra a população LGBT.
3. É inserida nesta conjuntura regressiva e nefasta, que a juventude LGBT se coloca como um importante exemplo de resistência e luta por direitos: nas escolas e universidades, a cada dia, surgem novos coletivos para debater questões sobre sexualidade e gênero - sendo inclusive notável a participação dos mesmos nas ocupações secundaristas e universitárias do último período. A cultura, as ruas, a mídia também são territórios em que as LGBT's tem conquistado cada vez mais voz e espaço.

4. Os problemas da educação não estão isolados em relação aos demais problemas sociais. A educação, em especial na universidade, reproduz o caráter desigual, elitista, dependente, antinacional e racista da formação social brasileira. Segundo dados da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), apenas 14 % dos adultos brasileiros chegam à universidade.
5. Atualmente, com o projeto de educação do governo Temer e da elite golpista do país, a tentativa é de nos calar e nos desmobilizar, em consonância com o Escola Sem Partido. A reforma do ensino médio, com a retirada da obrigatoriedade de filosofia, sociologia, história e educação física, e com a proposta de 50% do ensino à distância, pretende minar o debate crítico, a convivência e a organização dos estudantes, retirando cada vez mais a escola de quem ela pertence: à comunidade. Essa movimentação vem no sentido de conter a demanda da juventude ao acesso à universidade, que cresceu significativamente nos governos Lula e Dilma, com programas como o , FIES, Reuni e Cotas quando ocorreu uma expansão da universidade brasileira. Nesse período mais jovens tiveram acesso à universidade, às cotas sociais e raciais e universidades foram construídas em diversas regiões do país. Os ataques de Temer sobre os estudantes prounistas e beneficiados pelo Fies trata-se de um enorme retrocesso, com a finalidade de aprofundar a elitização do ensino superior.
6. Além da unidade para resistir aos ataques do governo Temer a juventude precisa ousar avançar ainda mais, uma vez que apenas 20% dos brasileiros que têm acesso a educação de nível superior, sendo 80% das matrículas nas universidades privadas. Além disso, os sujeitos historicamente excluídos ainda não tem uma permanência garantida nesse espaço a universidade sofreu mudanças, porém o projeto conservador de educação brasileira não.
7. Além da contenção do acesso, a elitização do ensino superior se manifesta com cortes nos programas de permanência e assistência estudantil, em um contexto em que 40% da juventude está desempregada, resultado da desastrosa política econômica do governo golpista. A juventude LGBT sofre na pele as consequências desse projeto político, com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho também em função da LGBTfobia. O agravamento da situação de desamparo institucional da redução da permanência e assistência estudantil, trazem maiores dificuldades às e aos estudantes LGBTs para concluir seus cursos e vivenciar plenamente a experiência universitária.
8. Faz-se necessário, portanto, fortalecer a construção de um novo projeto de educação, que polarize com o atual modelo – o qual aprofunda a dependência econômica e as desigualdades sociais, de gênero, sexualidade e raciais. Um projeto estratégico que defenda não apenas o caráter público, gratuito e a qualidade da educação, mas a produção de ciência e tecnologia pautada pelas demandas do povo brasileiro, um real diálogo com a comunidade e os movimentos populares, com as LGBT's aprofundando a democracia no interior das instituições, ou seja, um projeto de universidade e de educação populares.

9. A linha político-econômica estabelecida pelo governo golpista passou a priorizar debates de cobrança de mensalidades e outras formas de financiamento da educação. Isso se traduz, na realidade, em uma privatização a longo prazo. As elites do país estão a serviço de interesses internacionais, de multinacionais e atores privados que querem explorar ainda mais o povo e as riquezas naturais brasileiras. A reforma trabalhista, a aprovação da Emenda Constitucional 95, que congela investimentos sociais, principalmente nas áreas de saúde e educação, por 20 anos, e o decorrente desmonte do SUS, a venda de um patrimônio irrevogável para o povo, a Amazônia, para estrangeiros, a privatização em curso da Petrobrás, a venda da Eletrobras, a tentativa de desmonte da Previdência, a intervenção militar no Rio de Janeiro, são alguns exemplos do projeto que sacrifica a vida e a dignidade da maioria da população em prol do lucro de poucos.
10. A prisão ilegal e sem provas de Lula, que tem mais de 50% da intenção de voto do povo brasileiro para a eleição a presidente, significa um forte ataque e cerceamento da democracia no país. Impedir que Lula seja candidato e mantê-lo preso sem provas, articulação entre o judiciário, a imprensa golpista (PIG), o Congresso, o governo Temer e as elites, demonstra a ação política do judiciário, alinhado aos interesses das elites, sobre os rumos do país. É vetar tanto as liberdades democráticas quanto uma candidatura progressista e de esquerda esteja apta a concorrer às eleições, demonstrando ainda mais a fragilidade da democracia burguesa.
11. A educação é trincheira de disputa para a imposição dos interesses da elite sobre as demandas do povo. O projeto Escola Sem Partido vem de uma articulação internacional de extrema direita que encara as professoras e professores como inimigos que devem ser vigiados e que pretende privatizar a educação, tanto do ponto de vista da apropriação de recursos públicos por entes privados, quanto do currículo, que seria pautado de acordo com os valores privados das famílias.
12. O avanço da empreitada reacionária impõe enormes retrocessos sociais culturais e democráticos ao povo brasileiro. Esse retrocesso articulam e potencializam o processo de exploração e opressões da sociedade na medida em que recuperam a raiz antipopular, racista, machista, lgbtfóbica e conservadora das elites brasileiras. A crescente autonomia das mulheres no espaço público desafia o que acreditam ser seu papel “natural”, ligado à família e a criação de seus filhos. A luta das mulheres por igualdade representa a subversão dos valores “tradicionais” da família nuclear.
13. Por isso, a principal disputa do Escola Sem Partido no Plano Nacional de Educação e em centenas de Planos Municipais de Educação foi o combate à “ideologia de gênero”, cujo objetivo é interditar o debate sobre sexualidade nas escolas, para impedir orientação sexual e identidade de gênero divergentes das supostamente “biológicas”, ou seja, a imposta pela cis-heteronormatividade. Além disso, o conjunto de discursos em torno da “ideologia de gênero” também pretende perpetuar um conjunto de violações e violências contra as e os estudantes, professoras/es e trabalhadoras/es da educação.

14. A ausência de debate sobre sexualidade apresenta um grande risco à juventude, pois estimula o auto ódio. Não à toa, enquanto o suicídio entre a juventude que considera não ter sofrido discriminação por conta de orientação sexual caiu 20%, aumentou em 60% entre a juventude que considera ter sofrido essa discriminação. Também é cada vez mais recorrente a automutilação entre jovens que estão em processo de autoconhecimento da sua sexualidade e identidades de gênero, por falta de acesso a recursos que permitam o entendimento dos seus processos de desenvolvimento. A restrição ao debate corrobora ainda mais para estabelecer uma consciência, fruto da profunda marginalização desses sujeitos sociais e de todos os assuntos e demandas que pertencem a eles.
15. Projetos como a Cura Gay, do Deputado João Campos (PSDB), reforçam a ideia de que orientações não heterossexuais seriam doenças ou desvios, que poderiam ser revertidos com tratamento psicológico, contrariando inclusive os princípios da resolução 001/99, de 22 de março de 1999, do Conselho Federal de Psicologia. Fica legitimado, por meio de um discurso falsamente científico, a discriminação, exclusão e violência das expressões de identidade de gênero e orientação sexual. A juventude tende a ser a principal atingida, tanto por estar em processo de formação pessoal, como por ainda depender de seus responsáveis legais.
16. Sabemos que o Brasil é um país com grande carga histórica de racismo e desigualdade racial e que os corpos de negros e negras e da população indígena são alvos diretos desse racismo. Corpos negros tombam na luta há anos e seguem tombado, como os corpos de Matheusa e Marielle, e por isso entendemos que o direito à vida do povo negro LGBT deve ser garantido com políticas públicas eficientes, que combatam o genocídio do povo negro e a LGBTfobia.
17. Para além da luta para permanecermos vivos, são grandes as tormentas que a hipersexualização dos corpos negros causam as nossas vidas e mentes. Fruto também de uma diária exposição da hipersexualização do povo negro na mídia nossos corpos continuam sendo alvo direto da cultura do estupro e do machismo e uma das grandes causas do adoecimento mental e físico dos jovens negros e negras LGBT's. A desconstrução diária da hipersexualização dos corpos negros e a conscientização geral de que nossos corpos pertencem a nós e que não estamos a venda como carnes em açougues é o único caminho para uma sociedade mais justa e menos violenta aos corpos e mentes das negritudes LGBT's.
18. O controle sobre os corpos recai mais sobre as mulheres, cujo papel social na sociedade de classes é definido por princípios meramente reprodutivos, o que reforça a violência contra mulheres lésbicas e bissexuais, corpos que se negam a reproduzir a lógica patriarcal da família cis-heteronormativa. A resposta da sociedade lesbofóbica e misógina se expressa por meio de estupros corretivos e processos de laqueadura forçada, a exemplo do caso de Janaína, moradora de rua de Mococa - SP, em que a justiça se sentiu autorizada a intervir nos nossos corpos; assim como a proibição do aborto. Ambas as práticas são baseadas em

coerção social e controle populacional, colocando as mulheres sempre na posição de objetos e negando nosso protagonismo enquanto sujeitos.

19. Precisamos, urgentemente, criar mecanismos para reduzir a evasão escolar das pessoas transexuais e travestis, garantindo que a escola seja um espaço de aceitação e inclusão, já que acesso à educação está vinculado também as perspectivas colocadas pelo mercado de trabalho na sociedade de classes. Hoje, destinam-se às pessoas trans e travestis empregos invisibilizatórios e extremamente precários. Construir um futuro que não seja mais marcado pela expectativa de vida que não ultrapassa os 35 anos, perpassa por lutar pelos mecanismos que garantam a permanência estudantil, além do acesso à saúde qualificada para lidar com as necessidades decorrentes, bem como construir um horizonte em que a vida cotidiana não seja uma violência constante contra aqueles e aquelas que não se enquadram no perfil cisnormativo e binário.
20. Consideramos um avanço a despatologização da identidade trans pela Organização Mundial da Saúde, contudo, é preciso o acompanhamento atento a como isso irá se consolidar e repercutir nas políticas públicas voltadas para a população transsexual e travesti, isto porque, abre-se margem para diminuir a já precária assistência dada pelo Estado, reduzindo ainda mais o acesso. A luta é para que nossos corpos não sejam vistos como doentes e sujeitos a tratamentos para trazer a cura, mas também, e sobretudo, para que seja garantido o acesso à saúde em conformidade com as necessidades primárias de terapia hormonal, cirurgia de redesignação de gênero, acompanhamento a longo prazo dos efeitos dos hormônios através de investimento em pesquisa, disseminado em todos os Estados e Municípios.
21. Há uma crescente necessidade de enfrentarmos a epidemia de HIV/AIDS e outras ISTs, principalmente entre a população jovem LGBT. As LGBTs sempre foram associadas ao HIV de modo a desvalorizar nossa existência. É necessário reforçar sempre que não nos resumimos a isso, porém que enfrentamos situações de vulnerabilidade sociais e programáticas que refletem-se em pesquisas cada vez mais alarmantes.
Ao mesmo tempo, temos que nos apropriar do debate, desestigmatizando o diagnóstico e a ideia de viver com HIV. É necessária a luta pelo fortalecimento do SUS e SUAS, pelo acesso a uma saúde universal e sem discriminação, entendendo todas as necessidades de saúde e nossas vulnerabilidades.
22. Em 2011, no governo Dilma, foi promulgada a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais pelo Ministério da Saúde. Visa incentivar o respeito e a atenção diferenciada para a população LGBT no cotidiano de todos os equipamentos de saúde. Nosso objetivo é que essa política, implementada em pequena escala, seja universalizada e obrigatória para que todos estejam aptos para o atendimento da população LGBT.

23. As LGBTs em situação de vulnerabilidade social são as que mais sofrem com a opressão e exploração na sociedade de classes. Fazem parte desse segmento as LGBTs subempregadas ou barradas do mercado de trabalho, muitas das quais encontram na prostituição a única forma de sobrevivência. As LGBTs sem teto, muitas expulsas de casa, as LGBTs encarceradas, que não tem os seus direitos garantidos nos presídios, as LGBTs moradoras das periferias, invisibilizadas nas suas comunidades e mais expostas à violência apresentam demandas de política habitacional específicas, bem como de garantia de seus direitos fundamentais.

ELEIÇÕES DE 2018

O ano de 2018 para o povo brasileiro devem ser encaradas como um momento estratégico de garantir maior visibilidade e a retomada dos direitos. Sofremos hoje o reflexo do golpe político-judicial-midiático iniciado em 2016 – golpe este que teve facetas misóginas e machistas por parte daqueles que não suportaram ver uma mulher na presidência da república, e também refletiu na comunidade LGBT, na medida em que no cenário de golpe cresce a intolerância.

As eleições livres e democráticas são um momento de disputa de ideias com a sociedade. O povo brasileiro irá às urnas eleger um projeto de país e seus representantes, e neste momento a União Nacional dos Estudantes se propõe a apresentar uma plataforma eleitoral, aprovada em seu 66º CONEG, que apresenta soluções para a grave crise que enfrentamos. É necessário elevar o debate sobre qual o Brasil que queremos, entendendo que o aprofundamento da democracia perpassa pelo combate às opressões.

Em tempos de crise, percebemos que saídas radicais e conservadoras aos problemas que enfrentamos cresce, especialmente, entre a juventude. A descrença na democracia brasileira, a exaltação de regimes autoritários e torturadores, os pedidos de intervenção militar, a ridicularização dos direitos humanos, a perseguição dos movimentos sociais cresce na consciência do povo. Por isso, a UNE aprovou também no seu último CONEG a campanha “Bolsonaro não”, haja vista que a sua candidatura representa o que existe de mais reacionário e conservador na política brasileira. Não podemos permitir que projetos como o de Bolsonaro continuem crescendo entre a população, dando margem para o recrudescimento da intolerância.

As vitórias do último período, como as grandes mobilizações das jovens mulheres, que derrotaram Eduardo Cunha e floresceram a primavera feminista e, as mobilizações da juventude LGBT que derrotou a decisão judicial da “cura gay”, florescendo também a primavera LGBT, foram frutos da ampla unidade popular expressada pelas ruas de todo país.

Não combatemos a crise de segurança pública com violência!

Mulher nenhuma merece ser estuprada!

Nós, LGBTs, queremos viver!

PROPOMOS:

- Lutar pela existência de políticas específica de assistência e permanência estudantil para as pessoas LGBT.
- Promoção de projetos de extensão que garantam o diálogo com a população LGBT excluída da universidade.
- Criação e fortalecimento de políticas públicas de saúde, e prevenção de IST para as pessoas LGBT.
- Criar e fomentar campanhas de combate a LGBTfobia nas Universidades.
- Garantia da utilização plena do nome social, e a aprovação das Leis João Nery e Dandara dos Santos ;
- Criação de ouvidorias de direitos humanos nas universidades, com participação estudantil.
- Elaboração de relatórios e pesquisas sobre pessoas LGBT nas escolas e universidades
- Criação de disciplina que discute sobre gênero e sexualidade nas universidades.
- Criação de políticas e ações que combatam todo tipo de violência contra LGBT.
- Criação de centro de referência de saúde integrado ao Sistema Único de Saúde que possa oferecer acompanhamentos psicoterapêuticos com atenção à pessoas LGBTs nas universidades;
- Obrigatória a formação em gênero e sexualidade em todos os cursos.
- Defender a democracia.
- Lula Livre